6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Ata da reunião do Grupo de Trabalho sobre Espécies Pelágicas e a ICCAT
13 de outubro de 2026 – Faro e online

A sessão foi aberta por Serge Larzabal, presidente do Grupo de Trabalho, que agradeceu aos representantes das administrações nacionais e da Comissão Europeia pela sua participação.

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade, tal como a ordem de trabalhos proposta para esta sessão. O setor francês apresentará uma questão diversa sobre a dourada do Golfo.

1. Capturas acidentais de cetáceos.

Camille Younsi (DGAMPA) recordou o contexto regulamentar e contencioso relativo às capturas acidentais de pequenos cetáceos no Golfo da Gasconha.

A nível comunitário, o CSTEP, apesar de algumas reservas, avaliou positivamente a recomendação conjunta, que deverá permitir reduzir as capturas acidentais, atenuando simultaneamente os impactos socioeconómicos.

Camille Younsi anunciou o lançamento de um convite à apresentação de projetos FEAMPA com o objetivo de diversificar as soluções sustentáveis para proteger os pequenos cetáceos.

Amanda Perez Perera (DGMARE) acrescentou que o ato delegado se encontrava em fase de análise pelo Parlamento, mas que este não iria solicitar a prorrogação do período de conta. O ato delegado entrará, portanto, em vigor, o mais tardar, a 10 de novembro de 2026.

O secretariado do CC SUL recordou que um projeto de parecer sobre cenários de gestão das capturas acidentais de cetáceos está a ser validado pelo Comité Executivo; foram recebidas propostas de alterações menores, que serão, por conseguinte, submetidas à validação do presidente e dos vice-presidentes do CC SUL antes do envio à Comissão Europeia.

2. Obrigação de desembarque – Plano de devoluções.

Tetyana Albers (Administração francesa) recordou o calendário comunitário para a atualização dos pedidos de isenção da obrigação de desembarque: a análise pelo CSTEP terá lugar na sessão plenária de maio de 2027, pelo que a recomendação conjunta deverá ser transmitida no final de abril. As discussões entre os Estados-Membros estão em curso e já está disponível um primeiro documento de trabalho, que, nesta fase, inclui todas as isenções já em vigor. Os membros do CC SUL são convidados a indicar se consideram pertinentes quaisquer alterações.

6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

David Milly (OP Pêcheurs d'Aquitaine) salientou a deceção do setor quanto à implementação da obrigação de desembarque e a necessidade de se avançar para um novo sistema mais eficaz. As isenções atuais já não podem ser melhoradas.

Em resposta a Julien Lamothe (ANOP), Amanda Perez Perera (DGMARE) indicou que a Comissão Europeia está a tentar flexibilizar a regulamentação relacionada com o artigo 15.º da PCP e que estão em curso discussões sobre o futuro da obrigação de desembarque; no entanto, não é possível anunciar qualquer calendário nesta fase.

Os membros do grupo de trabalho não consideraram útil, nesta fase, a elaboração de um parecer sobre este assunto.

3. Robalo do Golfo

Anna Marcout (CNPMEM) apresentou os trabalhos realizados em França com vista à implementação de um plano de gestão plurianual do robalo no Golfo da Gasconha. Recordou a evolução favorável dos pareceres científicos e a vontade do setor de assegurar as possibilidades de pesca a longo prazo, garantindo simultaneamente uma gestão sustentável da unidade populacional. Apresentou em pormenor vários cenários de gestão a submeter à avaliação científica. Para o efeito, o setor francês gostaria que o CC SUL se ocupasse deste tema para o levar a nível europeu.

David Milly (FEDOPA) precisou que os primeiros retados científicos sobre os diferentes cenários de gestão estariam disponíveis em 2027.

Julien Lamothe (ANOP) acrescentou que o pedido do setor é, de facto, um quadro de exploração plurianual e não apenas a publicação de pareceres plurianuais pelo CIEM.

Caroline Alibert (DGMARE) indicou que a Comissão está muito interessada neste tema, estando em curso discussões com o CIEM relativamente a esta unidade populacional. Caroline Alibert sugere que a unidade populacional das águas ibéricas seja tida em consideração nos estudos realizados em França, uma vez que esta unidade populacional interage com a do Golfo.

Raul Garcia (WWF) sublinhou a importância do trabalho colaborativo entre partes interessadas, gestores e cientistas, bem como a importância de basear esse trabalho em dados de qualidade, a fim de obter modelos robustos, nomeadamente face às alterações climáticas.

O debate centrou-se, em seguida, no método de trabalho a adotar no CC SUL: os membros do grupo de trabalho aprovaram a criação de um grupo ad hoc sobre este tema.

4. Ecossistemas marinhos vulneráveis (EMV)

6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Julio Valeiras (IEO) apresentou os retados do projeto ISPAMER (2023-2025), dedicado à avaliação do impacto da pesca da maruca com palangre semipelágico («Piedrabola») nos EMV. As observações realizadas a bordo e através de vigilância eletrónica permitiram identificar apenas 10 organismos bentónicos indicadores em mais de 6,2 milhões de anzóis observados, o que evidencia um impacto limitado desta arte de pesca nos fundos marinhos. Salientou igualmente a concentração da atividade de pesca nas proximidades das zonas de proibição e a necessidade de ter em conta os desafios ecológicos e socioeconómicos na definição das medidas de proteção. Por fim, recomendou a continuação das observações, nomeadamente nas zonas de proibição, a fim de avaliar melhor as interações entre esta pescaria e os ecossistemas vulneráveis.

Sergio Lopez (OPP Burela) sublinhou a necessidade de prosseguir os trabalhos científicos e considerou que a Comissão Europeia deveria ter em conta o impacto específico de cada arte de pesca, consoante as zonas de pesca. Pedro Riveiro Dominguez (Xunta da Galiza) apoiou o projeto e as conclusões apresentadas, insistindo na necessidade de distinguir melhor os diferentes tipos de palangres na regulamentação europeia. Serge Larzabal (CNPMEM) também apoiou esta posição.

Raul Garcia (WWF) elogiou a clareza dos retados e questionou Julio Valeiras sobre as eventuais diferenças entre as artes utilizadas em Portugal e na Galiza, bem como sobre a apresentação dos retados ao CIEM e as modalidades de validação científica. Insistiu na necessidade de fazer evoluir as medidas de gestão com base nos conhecimentos disponíveis. Em resposta, Sergio Lopez esclareceu que eram utilizadas artes semelhantes nos Açores, com adaptações relacionadas com a dimensão dos navios, e que estava prevista uma apresentação no âmbito de um grupo de trabalho do CIEM, embora o seu calendário tivesse sofrido atrasos. O que também foi confirmado por Julio Valeiras em resposta a Santiago Folgar Gutierrez (AVOCANO): está previsto para 2027 um workshop sobre as artes fixas e as suas interações com os ecossistemas marinhos vulneráveis, cujos trabalhos se basearão em diversas contribuições científicas.

Juan Manuel Trujillo (ETF) insistiu nas consequências socioeconómicas dos encerramentos, nomeadamente a perda de postos de trabalho, a dificuldade em retomar a atividade pesqueira e o recurso crescente às importações. Apelou também a uma reflexão sobre a definição da pesca de fundo e sobre a consideração do impacto real destas artes.

Nicolas Fernandez Munoz (OPP Conil) felicitou a equipa por este trabalho e lamentou que uma pescaria considerada sustentável tivesse de mobilizar tantos recursos para demonstrar o seu baixo impacto. Criticou o facto de esta atividade ter sido posta em causa sem uma avaliação prévia suficientemente aprofundada.

Caroline Alibert (DGMARE) anunciou que o relatório do ISPAMER seria novamente apresentado ao CSTEP em novembro, a pedido do comissário europeu, e precisou que o CIEM também tinha analisado os métodos de cálculo em setembro. Recordou ainda que algumas zonas de proibição de pesca poderão necessitar de uma revisão à luz dos dados científicos disponíveis e tomou nota do pedido de adaptação dessas zonas, mas salientou

6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

que a Comissão se limita a aplicar as decisões aprovadas pelos colegisladores em 2016.

Julio Valeiras (IEO) agradeceu aos oradores e sublinhou a importância do trabalho realizado e dos esforços necessários para alcançar estes retados.

Os membros do grupo de trabalho aprovaram a elaboração de um parecer sobre este assunto, pelo que o secretariado abrirá um período de conta.

5. Enguia

Estibaliz Diaz (AZTI), presidente do grupo WGEEL do CIEM, apresentou a avaliação e a gestão da enguia europeia. Explicou que o CIEM avaliou a unidade populacional através de índices de tendência que combinam séries de recrutamento dependentes e independentes da pesca, exigindo pelo menos 10 anos de dados fiáveis: A unidade populacional continua num estado crítico: por isso, o CIEM recomendou, para 2026, capturas nulas e a eliminação das mortalidades antropogénicas não relacionadas com a pesca, bem como a recuperação dos habitats. Os objetivos dos planos de gestão para 2021-2023 não foram alcançados.

Estibaliz Diaz (AZTI) apresentou, em seguida, as ferramentas retantes dos projetos SULOANG e DIASPARA, que abriram caminho para o novo projeto Horizon Europe diadPATH, coordenado pela AZTI. Ela precisou que o diadPATH irá fornecer fluxos de dados harmonizados, avaliações de múltiplas pressões, cenários co-construídos e ferramentas de apoio à tomada de decisão, com um trabalho sobre a eficácia das medidas de conservação em locais-piloto. Os membros do CC SUL estão convidados a participar neste projeto; uma primeira reunião terá lugar em fevereiro de 2027.

Em resposta a Raul Garcia (WWF), Estibaliz Diaz (AZTI) indicou que, no Mediterrâneo, está ativo um grupo conjunto CIEM/CGPM dedicado à enguia, no qual também participam países terceiros (incluindo a Turquia e a Tunísia este ano); em breve estará disponível um relatório com recomendações para melhorar a recolha de dados. No que diz respeito à mortalidade causada pelas turbinas, esta é calculada a partir da extrapolação dos dados de um levantamento realizado numa turbina específica; ao comparar turbinas, é necessário verificar se estas foram ou não alvo de planos de repovoamento.
Por fim, no que diz respeito ao encerramento da pesca, trata-se de uma medida *sine qua non*; esta medida, por si só, não conduzirá à recuperação da enguia, sendo necessário agir também sobre os outros parâmetros.

Amanda Perez Perera (DGMARE) não pôde responder a Raul Garcia relativamente à ambição política europeia para apoiar o setor e recuperar esta espécie. Entrará em contacto com os seus colegas sobre este assunto e responderá por escrito ao CCSUL.

6. TAC 2027

6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Serge Larzabal, presidente do grupo de trabalho, indicou que, dada a falta de tempo restante na sessão, os membros serão convidados a completar este projeto de parecer por e-mail.

Nicolas Fernandez Munoz (OP CONIL) manifestou a intenção de acrescentar um ponto sobre a dourada-rosa, cuja gestão diferente entre o Mediterrâneo e o Atlântico suscita dificuldades no mar ao nível do Estreito de Gibraltar, em particular com Marrocos.

Amanda Perez Perera (DGMARE) indicou que a unidade populacional de dourada-rosa se encontra em mau estado e requer medidas de gestão significativas, tendo em conta a sua vulnerabilidade. No Atlântico, a UE encerrou a pescaria com base em dados científicos, enquanto no Mediterrâneo não foi possível chegar a um acordo semelhante. Reconhece as diferenças de ambição entre os países e as dificuldades relacionadas com a gestão internacional, nomeadamente em Marrocos, onde o plano de gestão não estaria a ser aplicado. Compreende o descontentamento manifestado, mas defende as medidas europeias como as mais adequadas aos dados científicos e ao contexto das negociações.

RESUMO:

- **As últimas novidades relativas à gestão das capturas acidentais de cetáceos foram apresentadas aos membros pelas administrações nacionais. Assim como os trabalhos iniciados sobre os planos de devolução.**
- **A criação de um grupo ad hoc sobre o robalo será proposta ao Comité Executivo.**
- **Foram apresentados os retados do projeto ISPAMER, bem como os objetivos do projeto DiadPath.**
- **O projeto TAC 2027 será concluído antes da reunião do Comité Executivo.**